

A Transferência de Valor e o Desenvolvimento do Capitalismo: Um Estudo de Caso.

Reinaldo A. Carcanholo *

I — Introdução

O texto a seguir representa um resumo da tese¹ que defendemos em 1982, publicada no mesmo ano na América Central². Trata-se de uma pesquisa sobre o desenvolvimento do capitalismo em um país da América Latina, dentro de um determinado período.

Nosso trabalho teve pretensões teóricas e metodológicas. Tratou-se de resgatar a teoria marxista do valor como instrumento fundamental da pesquisa e, para isso, foi indispensável um enorme esforço metodológico que resolvesse questões vinculadas à relação teoria - realidade concreta.

Assim, acreditamos que este resumo, e especialmente o trabalho completo que a ele corresponde, possam ser do interesse de

*) Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande.

1) Carcanholo, Reinaldo A., *La Transferencia de Valor y el Desarrollo del Capitalismo en Costa Rica*. División de Estudios de Posgrado, Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), México, D. F., junio de 1982. (Tesis de Doctorado.)

2) Carcanholo, Reinaldo, *Desarrollo del Capitalismo en Costa Rica*. San José, EDUCA, 1982.

todos aqueles que se preocupam com questões metodológicas, especificamente com as assinaladas.

Seguramente será de interesse para aqueles que, tendo se iniciado mais recentemente (ou nem tanto) no conhecimento da teoria, não sabem ainda, muito bem, o que fazer com ela, não sabem como utilizá-la para o estudo da realidade concreta e complexa. Desde já diremos a eles que estejam alertas contra aquelas posturas que sustentam serem as dificuldades resultado de excesso de teoria; a questão é justamente a oposta, os problemas surgem, em geral, por conhecimento teórico insuficiente.

Este trabalho não servirá para aqueles que insistem em conhecer a realidade sem antes fazer o esforço teórico necessário; que acreditam que é possível conhecer o mundo de maneira não teórica e que não percebem que entre teoria e realidade, o que existe é a relação abstrato-concreto.

Nosso interesse na publicação deste resumo, divulgando o trabalho mais completo quase dez anos depois, está relacionado com a questão referida. Apesar de termos nos esforçado durante esses anos no ensino da teoria, mesmo no nível de pós-graduação, não tivemos oportunidade de travar um diálogo profundo e adequado com estudantes (e mesmo com colegas) sobre as questões metodológicas que envolvem essa relação entre teoria abstrata e realidade concreta. Isso, sem dúvida, se explica pelo reduzido espaço que ainda se dedica ao estudo na questão teórica mais geral, da teoria econômica marxista, não permitindo um grau de conhecimento necessário ao diálogo científico.

Apesar de tudo, mesmo no nosso meio e também entre consultores que nos visitam, existem aqueles que continuam proclamando a necessidade de reduzir-se o tempo dedicado à teoria, para abrir espaço a estudos mais "concretos" e, para isso, não se envergonham ao defenderem o uso de manuais que abreviem o tempo necessário para "compreender" aqueles conceitos mais importantes e necessários. Se eles chegassem a ler o nosso trabalho, talvez pudessem perceber que nada entendem da teoria, e que nossa postura não se explica por ausência de interesse sobre a realidade concreta. Ao contrário, é justamente nossa preocupação em interpretar adequadamente o concreto que nos leva a sustentar a relevância do abstrato e a necessidade de um conhecimento profundo sobre ele, especialmente através do estudo da teoria econômica marxista.

Devemos dizer que nossa pesquisa sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica até 1974/75 e que resultou na redação da referida tese, teve motivações políticas. Além de resgatar a teoria marxista do valor, combater as suas interpretações ricardianas tão generalizadas nos nossos dias, dar respostas a certas dificuldades que ela aparentemente apresenta, construir certos passos intermediários necessários e de utilizá-la como instrumento fundamental de pesquisa concreta, nosso trabalho teve a intenção de conhecer a realidade costarricense, desde um ponto de vista global, para melhor orientar a prática política transformadora, anticapitalista. Nessa medida, o trabalho teve que incluir um conjunto talvez demasiado amplo de problemas; teve que pretender formular uma interpretação global.

De tudo isso, se algo se alcançou foi, sem dúvida, mostrar que a teoria do valor é fundamental para uma pesquisa concreta, desde um ponto de vista marxista, sobre temas similares ou correlatos. Conseguiu-se fundamentalmente dar respostas a certas dificuldades, logrou-se descobrir e apresentar certas categorias intermediárias e construíram-se indicadores empíricos sobre a evolução da produção e da transferência de valor.

Organizaremos este resumo nas seguintes partes: a questão teórica (que também envolve aspectos metodológicos), a interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica e, finalmente, aspectos metodológicos relacionados com a construção dos indicadores empíricos. No entanto, para maior facilidade, apresentaremos, antes de mais nada, uma síntese de nossa interpretação sobre o desenvolvimento na Costa Rica.

II — Síntese da interpretação

Nosso trabalho estuda o desenvolvimento da Costa Rica, com referência especial para o período que se inicia com os primeiros anos da década de 60, até a metade da década seguinte.

Tal período correspondeu a um novo padrão de reprodução, com destaque para a expansão de um tipo de indústria que consideramos parasitária, pelo fato de que não foi capaz de produzir mais-valia em volume suficiente para atender a elevada taxa de lucro que exigia.

A análise alcança, propriamente, até 1974/75, anos em que se manifestaram por primeira vez, e de maneira clara, os limites do padrão de reprodução seguido.

Como já dissemos, nossa tese teve prioritariamente intenção teórica e metodológica: buscou-se realizar uma pesquisa concreta, sobre o desenvolvimento do capitalismo em um país do terceiro mundo, utilizando como instrumento explícito e fundamental a teoria marxista do valor. Os aspectos metodológicos consistiam na necessidade de estabelecer os nexos indispensáveis entre o mais abstrato e o mais concreto, o que implicou na necessidade de dispor de indicadores empíricos que permitissem a análise dos fatos concretos.

As principais conclusões da pesquisa foram as seguintes:

- o novo padrão de reprodução caracterizou-se por uma industrialização parasitária e por uma profunda modificação na estrutura do consumo da grande maioria da população;
- foi financiado fundamentalmente através do sobre-excedente agroexportador (café) derivado da alta capacidade de geração de renda diferencial geral nas terras produtoras de café do país e secundariamente de mais-valia extraordinária;
- parte dessa renda diferencial pode ser apropriada nacionalmente, apesar de fortes transferências de valor para o resto do mundo;
- secundariamente o valor excedente produzido por camponeses e por outras atividades capitalistas que se expandiram no período, fundamentalmente agropecuárias, também contribuiu para aquele financiamento;
- os limites internos desse padrão de reprodução apresentaram-se já nos anos 74/75.

III — Marco teórico

Considerar a teoria do valor como núcleo central da teoria econômica de Marx sobre o capitalismo implica aceitá-la, necessariamente, como instrumento indispensável de qualquer

pesquisa sobre o desenvolvimento desse sistema, desde um ponto de vista global ou de uma região, como é o nosso caso.

Sua utilização pressupõe, antes de qualquer outra coisa, uma interpretação adequada sobre o seu significado, ao mesmo tempo que é indispensável identificar os desvios que derivam de enfoques ecléticos de leituras orientadas por pontos de vista estranhos.

Atualmente a leitura ou interpretação mais difundida sobre a teoria marxista do valor é a ricardiana ou neo-ricardiana. Consiste em entendê-la imediatamente como uma teoria dos preços relativos, que explica os fatores determinantes da magnitude dos preços relativos ou, simplesmente, uma teoria que estabelece determinada norma de intercâmbio (no caso, associada às quantidades de trabalho contido).

Na verdade, a teoria do valor de Marx é, antes de qualquer outra coisa, uma teoria da natureza da riqueza na época capitalista, da magnitude da riqueza capitalista produzida e de sua medida imanente. Em primeiro lugar, é uma teoria da produção da riqueza na época de domínio do capitalismo.

Se lermos com atenção *O Capital* de Marx, especialmente seu primeiro capítulo, veremos que:

- a. A riqueza capitalista é ao mesmo tempo duas coisas: é valor-de-uso e é valor.
- b. A unidade contraditória entre o valor-de-uso e o valor é o que se denomina mercadoria.
- c. A mercadoria não é uma coisa, mas um processo de desenvolvimento que se explica pelo desenvolvimento da contradição entre seus dois pólos: o valor-de-uso e o valor.
- d. O desenvolvimento do capitalismo consiste precisamente no processo através do qual o valor (forma histórica da riqueza) subordina cada vez mais o seu oposto, o valor-de-uso.
- e. O limite do capital, nunca alcançável mas sempre desejável por sua lógica, é a destruição do valor-de-uso como aspecto necessário da riqueza capitalista. Análogo a isso, é o processo de desenvolvimento na forma valor (Cf. item 3 do capítulo I d'*O Capital*), que consiste na interminável busca

de um equivalente geral que seja pura representação de valor, sem nenhuma referência ao valor-de-uso.

- f. Embora seja certo que, na história concreta, o valor-de-uso jamais poderá desaparecer (ou ser destruído) como aspecto da riqueza capitalista, na unidade contraditória chamada mercadoria, ele é o pólo dominado (a partir de um determinado momento do desenvolvimento mercantil).
- g. O valor é o aspecto dominante na mercadoria. A riqueza capitalista não é, mas trata de ser, exclusivamente valor; e tende a sê-lo.
- h. O valor é assim a riqueza na época capitalista; a magnitude daquele é a medida desta.
- i. O trabalho abstrato é a substância material do valor, portanto da riqueza capitalista. A dimensão quantitativa daquele, o trabalho socialmente necessário, determina a magnitude desta; o tempo de trabalho socialmente necessário constitui sua medida.

Da mesma maneira que em Smith, para Marx a riqueza envolve uma relação social de domínio. Enquanto para aquele a riqueza é a capacidade que se possui de comprar trabalho alheio (trabalho comandado), para Marx, é o domínio já efetivado sobre o trabalho materializado. Para aquele, a riqueza produzida define-se pela capacidade de apropriação de trabalho no mercado; para Marx, se distingue claramente produção de apropriação de riqueza, de valor. Enquanto para este a exploração flui necessariamente de sua teoria, para Smith a exploração se dissolve e se esconde por detrás do manto nebuloso da aparência e é substituída pela "dedução", com a qual se logra a mágica de pensar que, apesar do lucro, todo trabalho é pago.

Dessa maneira, entendido o valor como forma social e histórica da riqueza mercantil ou capitalista e como expressão nas coisas das particulares relações de produção existentes na época mercantil e o valor-de-troca, como a proporção de intercâmbio entre duas mercadorias, a teoria marxista é única. Em Smith, mas muito mais em Ricardo e em todo o pensamento burguês, incluindo Sraffa, a suposta teoria do valor, imediatamente como teoria da determinação dos preços, não é na verdade uma teoria do valor mas do valor-de-troca.

Entendida como geralmente o é, em especial na atual interpretação ricardiana, como mera explicação da determinação dos preços, ou uma determinação de norma de intercâmbio, a teoria marxista do valor perde seu poder metodológico e é relegada a um mundo abstrato incapaz de relacionar-se com o concreto. Dessa maneira a teoria do valor é relegada ao mundo da metafísica para os mais consequentes, especialmente depois de Sraffa.

Tudo isso não significa, no entanto, que a teoria de Marx não seja também, de alguma maneira, uma teoria dos preços. Mas, a resposta à pergunta "quanto é o preço?" implica uma série enorme de mediações, de novas determinações desde a magnitude do valor até a do preço do mercado, passando pela categoria teórica intermediária de preço de produção.

Sendo assim, em que consiste a utilização da teoria do valor como instrumento fundamental da pesquisa concreta?

A pesquisa sobre o movimento de uma determinada realidade econômica capitalista, partindo da teoria do valor, supõe a identificação dos ramos fundamentais que produzem riqueza (valor), a compreensão de sua dinâmica e das formas de produção do excedente; supõe também o estudo dos ramos ou setores que se movem devido à apropriação de valor; implica descobrir o processo de articulação concreta que vai se produzindo entre esses dois tipos de setores, entre eles e do exterior e explicar os mecanismos de transferência de riqueza (valor) que surgem.

A utilização da teoria do valor para a pesquisa supõe algumas precisões indispensáveis: foi necessário ressaltar os conceitos de produção, apropriação e transferência do valor. No que se refere, por exemplo, à apropriação pode-se dizer que se trata de um conceito derivado da distribuição e que, em algumas oportunidades, Marx se referiu especificamente a ele.³ No entanto, acreditamos que não teria sido dispensável se Marx houvesse tratado de maneira sistemática e conjunta esses três conceitos (produção, apropriação e transferência de valor).

Outra categoria que nos exigiu atenção foi a de preço de produção, pelo fato de que configura um primeiro grupo de determinações que nos permite compreender o âmbito da

³) Cf. por exemplo: Marx, Karl, *Teorias da Mais-valia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. cap. III, vol. I, p. 72.

apropriação e também por que é indispensável para a definição de renda diferencial.

Entendemos o preço de produção como um valor transformado, na verdade, como a magnitude do valor apropriável quando da troca da mercadoria, em condições de uniformidade da taxa de lucro. Nessas circunstâncias, o preço de produção não é preço (no sentido de forma simples e relativa do valor quando o equivalente é o dinheiro), nem tampouco preço relativo (valor-de-troca em relação a algum numerário qualquer). A unidade de medida da magnitude do preço de produção, da mesma forma que para o valor, é a hora de trabalho.

Uma dificuldade teórica que teve que ser tratada, em razão de que se sustenta que invalida a teoria marxista do valor, foi a da impossibilidade de que ocorram simultaneamente as duas identidades fundamentais: o valor total e o preço de produção total por um lado e, por outro, a mais-valia total e o lucro total.

Já tínhamos trabalhado na solução desse problema antes mesmo do início, propriamente dito, da elaboração da tese, mas dentro de um processo intelectual que concluiu ou, melhor ainda, continuou com ela. Nossa concepção sobre o assunto pode ser indicada como segue:

- a. O resultado do sistema de equações que permite a transformação dos valores em preços de produção é que a magnitude da mais-valia total não é igual à magnitude do lucro total.
- b. No entanto, esse resultado formal, paradoxalmente, não só permite mas é necessário para que se sustente teoricamente a tese de que a mais-valia total é igual ao valor apropriado pelo capital como lucro (segunda identidade fundamental).
- c. Note-se que a magnitude da mais-valia é uma magnitude de valor e aparece nos esquemas de transformação como tal.
- d. A magnitude do lucro, resultado das equações da transformação, não é uma magnitude de valor; é uma magnitude de "valor" transformado, mais precisamente, de preço de produção.
- e. Em termos reais ou materiais, o lucro é um conjunto de valores-de-uso apropriados, destinados ao consumo capitalista ou à acumulação. Portanto, o preço de produção

desse conjunto de bens que forma o lucro será diferente do valor (supõe-se composição orgânica diferente da média).

- f. Então, se queremos que a mais-valia total seja igual ao valor apropriado pelos capitais como lucro (segunda identidade fundamental), necessitamos que, em termos numéricos, a magnitude do valor-mais-valia total seja diferente da magnitude do preço de produção do lucro. E isso é o que ocorre como resultado das equações da transformação.
- g. Em outras palavras, a diferença numérica que se produz entre mais-valia total e lucro total, como resultado da transformação, deve-se exclusivamente ao fato de que a primeira tem como dimensão mensurável o valor e a segunda o preço de produção. Em termos de magnitude, na verdade, o lucro não é senão a mais-valia medida em preços de produção.

Um outro aspecto da teoria do valor de Marx que tratamos foi o da determinação do valor social a partir dos valores individuais. Nossa concepção sobre o valor nos levou necessariamente à idéia de determinação pela média ponderada em oposição à moda.

Finalmente tivemos que encontrar respostas a uma série de questões relacionadas com o conceito de renda diferencial. E isso, não somente por que a teoria da renda da terra é conseqüência e complemento necessário da teoria do valor, mas sobretudo pelo fato de que essa categoria estava no desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica. Sem as precisões teóricas que realizamos, a renda da terra, de categoria teórica relevante como instrumento de pesquisa concreta, transformar-se-ia em simples palavra mágica para "explicar" uma realidade pouco entendida.

Em primeiro lugar foi indispensável uma precisão na forma de definir a renda diferencial. Do livro III d'*O Capital* parece deduzir-se que ela se define pela apropriação. Isso ocorre pelo fato de que, nesse nível de abstração, Marx supõe que os preços de mercado correspondem aos preços de produção. Abandonado esse pressuposto veremos que a verdadeira magnitude da renda diferencial difere da apropriação que se pode fazer por esse conceito. Assim, a renda diferencial não se define pela apropriação.

Por outro lado, tampouco podemos aceitar que a magnitude da renda diferencial seja produzida, defina-se pela produção e isso por que uma parte do valor que se constitui essa renda perfeitamente pode ter sido produzida fora do ramo correspondente e tenha ocorrido uma transferência entre ramos.

Assim, a renda diferencial não se define pela produção, nem tampouco pela apropriação. Ela, como forma do valor, é "gerada" no setor agrícola; o valor que se apresenta sob essa forma pode ou não ser totalmente apropriado pelo setor e, dessa maneira, pode dar-se transferência. A apropriação dessa renda no setor agrícola pode estar formada total ou parcialmente por valor produzido fora dele.

Dessa maneira surge o conceito de GERAÇÃO, que se opõe ao de produção e de apropriação. Tal conceito, não desenvolvido por Marx, surge num nível de abstração mais concreto que o trabalhado por ele. Portanto, não se trata de uma redefinição da renda diferencial, mas de seu entendimento num nível mais concreto de análise. Por certo, o conceito de geração também é aplicável à mais-valia (ou lucro) extraordinária, para a qual nem a produção, nem a apropriação são adequadas. No que se refere ao conceito de mais-valia, sem dúvida, aplica-se-lhe a categoria de produção.

Em relação ao conceito de renda diferencial, em dois aspectos mais tivemos que avançar no processo de concreção. Tivemos que abandonar as suposições de inexistência de produtores não capitalistas ("camponeses") e o de inexistência de fronteiras nacionais. Em ambos os casos, mas especialmente no segundo, o novo nível de abstração implicou no surgimento de novas categorias, ou melhor, de categorias já descobertas por Marx, mas agora mais concretas e, por isso mesmo, algo distintas.

O abandono da suposição de inexistência de fronteiras nacionais implicou na necessidade de admitir a existência teórica de duas diferentes taxas médias de lucro: uma definida no nível mundial (ou geral) e outra no nível nacional. A primeira permitiu definir o que chamamos de preço de produção regulador do mercado mundial e, a segunda, preço de produção regulador do mercado nacional.

Como a renda diferencial define-se a partir do preço de produção regulador do mercado, a existência teórica de dois diferentes preços de produção determinou a definição de duas diferentes rendas diferenciais, a geral e a nacional, respectivamente.

Dessa maneira, a produção de café para exportação, num país determinado, gera, ao mesmo tempo, renda diferencial geral e nacional de magnitudes diferentes. Como no nosso trabalho admitimos que a taxa média geral de lucro é superior à taxa nacional, a renda diferencial nacional será menor que a geral. Para esclarecer melhor, só uma parte do valor que constitui a renda diferencial geral gerada na atividade será renda diferencial nacional.

Nossa análise permitiu concluir que a apropriação de renda diferencial na atividade exportadora deve ser, pelo menos, igual à renda diferencial nacional. Se um determinado país apropria-se no mercado mundial de renda diferencial de magnitude superior à renda diferencial nacional gerada em sua atividade exportadora, a diferença constituirá o que chamamos de renda absoluta nacional de monopólio ou sobre-excedente exportador. Será renda absoluta nacional de monopólio a parte dessa diferença (ou toda ela) que seja apropriada na própria atividade exportadora; será sobre-excedente agroexportador a parte transferida a outros setores da economia.

Finalmente, discutimos também a relação entre a apropriação de renda por um país e a fonte correspondente do valor. Concluimos que, apesar de apropriação de renda diferencial por parte de um país exportador de café, apesar da apropriação de renda absoluta nacional de monopólio e de eventual sobre-excedente agroexportador, todo o valor necessário para isso pode ser produzido nacionalmente e, ainda mais, pode inclusive haver, ao mesmo tempo, transferência de valor ao exterior. Dessa maneira, nossa hipótese de que o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica financiou-se com o sobre-excedente cafeeiro, não implicou no abandono da idéia de que esse valor foi produto da exploração de trabalho local e de que houve transferência de valor (riqueza) ao exterior.

IV — Interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica

Apresentaremos a seguir, brevemente, a interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica, até

1974/75, resultante da nossa pesquisa. Trata-se, na verdade, de uma síntese do capítulo II da referida tese.

V — Até 1950: o velho modelo

A economia costarrriquenha, em torno de 1950, pode ser caracterizada como muito pouco diversificada, dependente em grau elevado da exportação de somente dois produtos: o café e a banana. As plantações bananeiras constituíam um enclave com muito pouca repercussão sobre a economia nacional. Sem dúvida nenhuma, as atividades bananeiras de exportação, devido à sua capacidade de gerar renda diferencial, permitiam a produção de um enorme excedente, mas que era apropriado quase totalmente pelo capital estrangeiro.

O setor produtivo fundamental foi, portanto, o setor cafeeiro exportador. Outro que deve ser considerado é o agropecuário para consumo interno, que atendia grande parte das necessidades de consumo dos trabalhadores produtivos e alguma parte do consumo dos setores sociais que recebiam renda derivada da mais-valia. Dentro desse setor, o fundamental eram os pequenos camponeses e os camponeses semi-proletários.

A mais-valia ou excedente-valor produzido nos setores produtivos, especialmente no fundamental, era o que garantia o lucro do capital produtivo, o lucro comercial e os juros, depois de deduzidos os gastos improdutivo em bens e serviços, os impostos, as remunerações dos trabalhadores e empregados improdutivo e as transferências ao exterior.

Desde outro ponto de vista, poderia se dizer que a mais-valia ou excedente-valor produzido nos setores produtivos, era o que garantia:

- a expansão (e portanto a acumulação) do setor agroexportador;
- a acumulação do capital comercial;
- a acumulação do capital a juros e a remuneração do capital estrangeiro;
- o consumo da grande, média e pequena burguesias;

- o consumo dos trabalhadores e empregados improdutivos do setor privado;
- os gastos correntes e os investimentos do governo;
- as transferências ao exterior.

O setor cafeeiro exportador, no período considerado, foi capaz de gerar renda diferencial geral muito superior à renda diferencial nacional. Isso por que as terras marginais usadas no país pelo capital eram mais favoráveis que as marginais em uso no resto dos países produtores (ou em parte considerável deles).

Nas épocas mais favoráveis do mercado internacional, o país conseguiu apropriar-se de renda muito superior à renda diferencial nacional e, em qualquer época, esteve em melhores condições que os países que em média utilizavam terra de qualidade inferior.

Durante o período que estamos considerando, a grande burguesia agroexportadora, que controlava a melhor terra, o processamento e a exportação de café, foi capaz de apropriar-se diretamente de:

- a. a renda diferencial nacional que se gerava em seus próprios cultivos;
- b. parte da renda diferencial geral apropriada pelo país por cima da renda diferencial nacional, devido ao seu monopólio e ao seu poder político;
- c. devido ao seu monopólio sobre o processamento e a comercialização do produto, impôs ao cultivador preços de mercado inferiores àquele que garantiria a taxa média nacional de lucro; apropriava-se assim da diferença entre o preço de produção regulador do mercado nacional e o preço de mercado;
- d. em razão do lucro que esses cultivadores apropriavam-se ser inferior à média nacional, a renda diferencial apropriada por eles resultava inferior à que geravam; essa diferença também é apropriada pelo grande capital agroexportador (o mesmo ocorre com parte da renda diferencial nacional gerada pelos "camponeses" produtores de café).

Toda essa apropriação adicional da grande burguesia, por cima da renda diferencial gerada por ela nas terras com cultivos próprios, é renda absoluta nacional de monopólio e é produto da exploração do trabalho nacional. É compartilhada entre as frações burguesas dominantes: agroexportadora, comercial–importadora e bancária, além de parcelas redistribuídas a frações a elas submetidas.

A reprodução desse padrão de movimento não exigia, nem tampouco implicava, um rápido processo de acumulação. A incorporação de mais terras e mais força de trabalho era lenta; a introdução de novas técnicas ainda mais. O capital que ali funcionava era na verdade uma caricatura de capital, não representava o movimento febril que o caracteriza, não constituía um verdadeiro capital industrial. Parte considerável do excedente–valor produzido e apropriado nacionalmente se destinava ao desfrute, aos gastos suntuários, não à acumulação.

A estrutura de importações do país estava formada fundamentalmente por produtos industriais suntuários que atendiam a esfera alta do consumo. Devido aos preços superiores aos valores, essas importações implicavam intercâmbio de não equivalentes que se somava ao resultante dos preços internacionais do café, inferiores ao valor.

Nessas condições, a capacidade que o capital internacional tinha de apropriar–se de valor produzido nos países produtores de café, em razão dos baixos preços desse produto e dos altos preços dos importados era elevada. No entanto, não se apresentava a possibilidade de uma apropriação diferencial nos diferentes países cafeeiros (mais ou menos geradores de renda diferencial) desde que as estruturas de suas importações fossem relativamente similares.

A única maneira possível para que o capital internacional aumentasse sua apropriação de excedente no país considerado (excluído o investimento direto na produção nacional), era ampliando o consumo local de importados. O financiamento externo e a apropriação de valor através dos juros constituía um instrumento pouco relevante.

As limitações assinaladas para a transferência de valor ao exterior, particularmente em um país no qual as terras utilizadas na produção de exportação eram muito favoráveis, determina que esse tipo de padrão de reprodução capitalista em um país chegue a

ser contraditório com os interesses do capital monopólico internacional, sedento de mais-valia.

VI — O novo padrão de reprodução

O ano de 1960 pode ser considerado o início do novo padrão de reprodução capitalista no país. Ele se expressou através de uma expansão industrial de novo tipo e seu conteúdo consistiu na aliança da fração burguesa que vinha progressivamente impondo sua hegemonia com o capital estrangeiro. A nova burguesia costarriquenha renunciou, a partir de então, a qualquer projeto próprio e associou-se de maneira subordinada ao capital imperialista.

A indústria que se desenvolveu graças aos estímulos da lei industrial de 1959 (alta proteção alfandegária e não discriminação em relação à produção de matérias primas importadas) e, posteriormente, graças à entrada de Costa Rica no Mercado Comum Centro-ameriano, apresentava algumas características que nos interessam particularmente:

- a. era fundamentalmente uma indústria não vinculada a matérias primas locais;
- b. na maior parte de seus setores, dedicava-se a cumprir exclusivamente as últimas etapas do processo produtivo, importando produtos semi-terminados e insumos muito elaborados;
- c. rapidamente consitiu-se em instrumento de imposição de um novo padrão de consumo na sociedade costarriquenha, modificando inclusive o comportamento consumidor de amplas massas populares, tanto urbanas como rurais; não pode ser caracterizada como "substitutiva de importações", mas como transformadora do consumo;
- d. a indústria doméstica (artesanato e pequena manufatura) foi deslocada pela nova indústria com seu produto mais sofisticado;
- e. tratava-se de uma indústria altamente ineficiente devido à tecnologia utilizada, ao pequeno mercado que atendia, à capacidade ociosa que mantinha e ao fato de que só realizava as últimas etapas do processo produtivo;

- f. sua expansão foi apoiada fortemente por uma política estatal coerente de proteção e promoção;
- g. sua expansão dependeu, em parte considerável, do capital estrangeiro, direta ou indiretamente, o que significou exigência de altas taxas de lucro.

Por tudo isso, o setor industrial foi incapaz de produzir toda a massa de mais-valia para garantir as altas taxas de lucro que exigia. Dessa maneira sua existência e expansão dependeu da apropriação de excedente-valor transferido por outros setores produtivos. Por essa razão o chamamos de setor parasitário.

Os setores produtivos que aportaram excedente ao setor parasitário e permitiram assim sua expansão foram o agroexportador (especialmente café) e, secundariamente, os camponeses dedicados aos produtos de consumo interno. Estes foram incapazes de financiar o setor parasitário graças à sua miséria; o setor agroexportador pôde fazê-lo devido à geração de renda diferencial e de mais-valia extraordinária.

Foi o sistema nacional de preços relativos, como mecanismo fundamental, que garantiu a transferência do excedente-valor necessário ao setor parasitário, que apresentava preços muito elevados. Tal sistema esteve condicionado pela sobrevalorização da moeda nacional acompanhada por fortes barreiras.

A apropriação do valor produzido nacionalmente através do café exportado foi feita: pelo setor cafeeiro exportador, pelos demais setores da economia e pelo resto do mundo. A distribuição entre eles depende de:

- o preço em dólares do café exportado,
- o nível interno de preços,
- os preços das importações do país,
- a taxa de câmbio utilizada para pagar os dólares recebidos por exportação de café.

Esses quatro preços foram utilizados para a construção de indicadores empíricos que serviram para a nossa análise.

Outros mecanismos de apropriação de valor produzido na atividade cafeeira pelos demais setores tiveram importância, embora menor que o anterior, como os impostos.

Durante todo o período 1960 a 1973 observou-se uma fase de grande dinamismo do padrão de reprodução. O crescimento econômico, particularmente do setor industrial, foi sustentado, apesar de certas flutuações. Ao mesmo tempo observou-se uma grande estabilidade nos preços do país. Só a partir de 1974 que a inflação apresentou-se com certa significação.

Na verdade, nesse período, a capacidade do setor cafeeiro de transferir excedente aos demais setores nacionais, por unidade exportada, foi reduzida se comparada à do período 1950/1957. Portanto, como se explica o grande dinamismo do padrão de reprodução?

Alguns fatores contribuíram para compensar essa reduzida capacidade:

- a. enorme expansão das atividades e das exportações de café, permitindo que, no total, a transferência do período fosse superior às anteriores;
- b. expansão de outras atividades exportadoras (gado de corte), capazes de gerar forte excedente, superior inclusive ao necessário para financiar a taxa de lucro que exigia;
- c. transferência adicional de excedente—valor produzido no campo, em atividades para consumo interno (cereais), graças a uma política de contenção de preços ao produtor;
- d. forte entrada no país de capital estrangeiro para investimento direto e empréstimos.

A política econômica do governo foi, durante todo o período, a de estimular a expansão das atividades produtivas dominadas pelo capital (café, açúcar, gado, arroz) de apoiar a introdução de modificações tecnológicas. Ampliou-se a rede de estradas, concedeu-se o crédito necessário, a assistência técnica, etc. Assim, aprofundaram-se e expandiram-se ainda mais as relações mercantis e capitalistas ao longo de todo o país; ampliaram-se, portanto, as bases da produção de excedente—valor.

Por outro lado, nossa análise indica que a expansão das atividades cafeeiras de exportação ocorreram de tal forma que produziu-se uma redução relativa (ao volume das exportações) de renda absoluta apropriável pelo capital social não cafeeiro, a

partir de 58. Por isso, as exigências de expansão da atividade exportadora para financiar o padrão de reprodução foram maiores.

Essa indispensável expansão produziu progressivamente um esgotamento da massa da força de trabalho disponível. Tal fato manifesta-se de maneira aguda na época da colheita do café e devido à dificuldade de substituição de trabalho por maior mecanização nessa atividade.

Se somamos ao anterior o fato de que a expansão industrial exigiu uma força de trabalho algo qualificada, entenderemos a política de redistribuição de renda e de concessões sociais estimulada, no período, pelo partido majoritário no país (Partido de Liberación Nacional).

Por outro lado, o padrão de reprodução seguido durante o período considerado foi uma maneira através da qual o capital estrangeiro logrou ampliar o excedente, produzido nacionalmente, de que podia se apropriar. Os mecanismos fundamentais dessa apropriação foram: os lucros diretos das empresas estrangeiras instaladas no país (especialmente na indústria), os altos preços dos insumos e produtos semi-elaborados importados pela indústria e também os bens de consumo que o país importava.

A expansão desse padrão de reprodução, centrado no desenvolvimento do setor parasitário, encontra seu limite histórico na incapacidade do excedente agropecuário de exportação e dos camponeses de seguir indefinidamente sustentando tal expansão. Esse limite manifestou-se por primeira vez com clareza nos anos 74 e 75.

Com o início de 1974 inaugurou-se um período de dificuldades econômicas muito importante no país, que, no final da década, agravaram-se ainda mais. A partir de 1974 a elevação dos preços das matérias primas importadas, dos derivados do petróleo e dos produtos industriais provenientes dos países mais poderosos, implicou um crescimento muito importante da magnitude do excedente-valor produzido nacionalmente e transferido para o resto do mundo. Essa situação ficou agravada pelo fato de que o preço internacional do café, em 74 e em 75, manteve-se em níveis relativamente baixos. Também o preço de exportação da carne sofreu considerável redução.

Assim, a capacidade de transferência de valor do setor agroexportador ao resto da economia viu-se sensivelmente

reduzida. Por isso, nesses dois anos, 1974 e 1975, observou-se em Costa Rica uma crise econômica acompanhada do início de um período inflacionário bastante severo, se comparado com o movimento dos preços observados nos anos anteriores.

A crise dos anos 74 e 75 não chegou a produzir uma redução maior no crescimento econômico devido a certos fatores contrários: incremento do volume das exportações e forte entrada de capital estrangeiro, entre outros. Tais fatores lograram atenuar as dificuldades devido ao fato de que o período mais crítico só durou aproximadamente dois anos; já em 1976 os preços do café apresentaram uma substancial elevação.

Esses fatores só permitiram uma pequena sobrevida ao padrão de reprodução capitalista iniciado em 1960. Já em 1980 e início de 1981, quando concluíamos a redação da tese (da que saiu este resumo), podiam ser observados os sintomas concretos de importantes modificações na economia costarriquenha.

Entre as modificações que eram observáveis, nesse momento, cabe destacar (pela importância política e pela perspectiva que antecipara para a vigência da hegemonia da social-democracia na Costa Rica) a que se refere à anterior política de concessões sociais e de distribuição de renda. A tendência à elevação da taxa de mais-valia (através da inflação) não parecia, naquele momento, que fosse algo circunstancial, transitório. Além disso, a burguesia hegemônica, em contraste com os anos 50, já era forte econômica e politicamente. Já não era necessária, no mesmo grau, a política distributiva como forma de garantir apoio social dos setores populares.

VII - Sobre os indicadores empíricos

Além das questões teóricas e também metodológicas assinaladas anteriormente, consideramos relevante o tema da construção e utilização dos indicadores empíricos de produção, apropriação e transferência de valor que se apresenta na tese. Esses indicadores foram utilizados em nossa pesquisa concreta e permitiram precisar nossa interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Costa Rica. Digamos algo sobre a questão.

Evidentemente sabíamos que não era possível medir o valor produzido nacionalmente nas exportações de café por Costa Rica, o

valor transferido ao exterior, o valor apropriado nacionalmente pelo setor cafeeiro exportador e pelo resto da economia nacional. Menos ainda seria possível calcular essas magnitudes para o longo período que nos interessava (desde 1950). Essa medição não só é impossível prática mas também teoricamente.

No entanto, foi possível construir uma série de indicadores que nos permitiram uma aproximação à variação dessas magnitudes, ao longo do período, apesar de limitações que foram assinaladas explicitamente na tese (no anexo, no parágrafo sobre inadequação dos indicadores).

Os indicadores construídos e utilizados na pesquisa foram os seguintes:

- indicador da variação da magnitude do valor total produzido anualmente pelo setor cafeeiro exportador;
- indicador da variação da magnitude do valor total apropriado nacionalmente por exportação de café;
- indicador da variação da magnitude do valor apropriado pelo setor cafeeiro por cada unidade exportada de café e pelo total exportado;
- indicador da variação da magnitude do valor total apropriado pelo resto da economia nacional, pelas exportações de café.

Para a construção dos indicadores referidos foram considerados: os volumes anuais exportados de café, o preço em dólares do café exportado, o nível dos preços internos, o nível dos preços das importações do país e a taxa de câmbio utilizada para pagar os dólares recebidos por exportação de café.

Um aspecto importante, do ponto de vista metodológico, é a discussão sobre a inadequação dos indicadores para expressar as verdadeiras variações das magnitudes do valor. Essa questão está relacionada com o que Marx mostra no capítulo I d'O Capital (a mercadoria) sobre a inadequação da forma do valor para expressar o verdadeiro movimento da magnitude do valor. Esse assunto também foi tratado na tese (no seu anexo).